GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS

PAT: 20192900100484

RECURSO: DE OFÍCIO Nº 1171/2021

RECORRENTE: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL

RECORRIDA: 2ª INSTÂNCIA/TATE/SEFIN / FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL

INTERESSADA: E.S. SANTOS SERV. DE CONS. RES EM ALV. EIRELI

RELATOR: MANOEL RIBEIRO DE MATOS JÚNIOR

RELATÓRIO Nº: 416/2022/2ª CÂMARA/TATE/SEFIN

VOTO DO RELATOR

A empresa já qualificada nos autos foi autuada, sob o argumento de ter adquirido ativo imobilizado e durante a fiscalização neste Posto Fiscal, foi constatado que o mesmo está com a sua inscrição perante o CD/ICMS/RO suspensa, conforme consulta anexa. Na Lei nº 688/96, art. 77, VII, c, item 1, não é definido o momento temporal em que devemos considerar a regularidade da inscrição, se no ato de compra perante o fornecedor, durante seu transporte ou quando do recebimento da mercadoria/bem. Assim sendo, mesmo que a saída da mercadoria tenha ocorrido em 12/09/2019 e a suspensão da inscrição no dia 03/10/2019, entendemos que o sujeito passivo deve se manter regular durante todas as "fases" (compra, transporte e recebimento) na circulação de mercadorias/bens, do contrário o prejuízo ao Estado e aos demais contribuintes seria considerável.

A infração foi capitulada nos art. 107, I, c/c art. 110, I, todos do RICMS/RO, aprovado pelo Dec. 22.721/2018. A penalidade tipificada no artigo 77, inciso VII, "c", item 1 da Lei 688/96.

O crédito tributário está assim constituído:

Tributo 5,50%	R\$ 6.545,48
Multa 15%	R\$ 17.851,32

Valor total do Crédito Tributário: R\$ 24.396,80 (vinte e quatro mil, trezentos e noventa e seis reais e oitenta centavos).

O Sujeito Passivo foi intimado e apresentou Defesa Administrativa tempestiva (fls. 09); O Julgador Singular, através da Decisão nº 2021.04.22.03.0018/UJ/TATE/SEFIN (fls.

33/35) julgou improcedente a ação fiscal e declarou indevido o crédito tributário na inicial; O sujeito passivo fora intimado da Decisão Singular através DET (fls. 39) e não se manifestou. Consta Relatório deste Julgador (fls. 40/41).

Em razão do Recurso de Ofício interposto, após análise das peças constitutivas deste feito, passo as seguintes considerações:

A ação fiscal foi baseada na acusação de que o sujeito passivo ao ter adquirido ativo imobilizado e durante a fiscalização neste Posto Fiscal, foi constatado que o mesmo está com a sua inscrição perante o CD/ICMS/RO suspensa, conforme consulta anexa. Pois bem, na Lei nº 688/96, art. 77, VII, c, item 1, não é definido o momento temporal em que devemos considerar a regularidade da inscrição, se no ato de compra perante o fornecedor, durante seu transporte ou quando do recebimento da mercadoria/bem. Assim sendo, mesmo que a saída da mercadoria tenha ocorrido em 12/09/2019 e a suspensão da inscrição no dia 03/10/2019, entendemos que o sujeito passivo deve se manter regular durante todas as "fases" (compra, transporte e recebimento) na circulação de mercadorias/bens, do contrário o prejuízo ao Estado e aos demais contribuintes seria considerável.

O sujeito passivo vem aos autos alegando que estava devidamente habilitado no período de aquisição do bem e como comprovação, junta aos autos os recibos de entrega das EFD's do período e que na data de emissão da nota estava com inscrição no CAD/ICMS/RO regular.

O juiz Singular decidiu pela improcedência, diante a ausência de materialidade da ação, uma vez as provas contidas nos autos, comprovam que a empresa quando adquiriu as mercadorias, não estavam em situação irregular.

Compulsando os autos, verificamos que o auto de infração não deve prosperar, tendo em vista que a acusação foi clara em apontar o possível fato gerador, qual seja, o momento da aquisição da mercadoria. Ressalte-se que o próprio autuante já esclarece, na descrição da infração, que, nesse momento, o sujeito passivo estava com inscrição regular, optando por proceder com a lavratura em razão dos eventos futuros nas fases de operação de mercadorias. Ora, ainda que a inscrição do contribuinte tenha sido cancelada dias após, importa que no momento da acusação, sobre aquela infração específica, o mesmo não se encontrava irregular. Consideramos, ainda, que o RICMS/RO possui um

dispositivo próprio para cada tipo e momento de infração, bem como a penalidade específica que deve ser aplicada a cada caso concreto.

Por essa razão, considerando que os argumentos do recorrente foram acatados diante das provas constante aos autos, entendo que a decisão de primeira Instância não deve ser modificada.

Por todo o exposto e mais do que nos autos constam, **CONHEÇO DO RECURSO DE OFÍCIO** interposto para **NEGAR-LHE PROVIMENTO**, mantendo-se a Decisão Singular de **IMPROCEDENTE** a ação fiscal.

É O VOTO.

Porto Velho, 23 de março de 2023.

MANOEL RIBEIRO DE MATOS JÚNIOR
Julgador/Relator da 2ª Inst/TATE/SEFIN

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS - TATE

PROCESSO : Nº 20192900100484
RECURSO : DE OFÍCIO Nº 1171/2021
RECORRENTE : FAZENDA PÚBLICA ESTADUA
RECORRIDA : E.S. SANTOS SERV. DE CONS. RES EM ALV. EIRELI
RELATOR : JULGADOR - MANOEL RIBEIRO DE MATOS JÚNIOR

RELATÓRIO : Nº 416/2022/2ª CÂMARA/TATE/SEFIN

ACÓRDÃO Nº 060/2023/2ª CÂMARA/TATE/SEFIN

EMENTA : ICMS/MULTA – ADQUIRIR MERCADORIAS COM A SITUAÇÃO CADASTRAL IRREGULAR – INOCORRÊNCIA – Restou provado que, quando da passagem pelo Posto Fiscal de Vilhena, a Inscrição Estadual do contribuinte estava na situação “Não Habilitada- Suspensa por falta de entrega de PGDAS”. Todavia, quando da aquisição das mercadorias, conforme infração apontada no auto, estava com a sua Inscrição Estadual ativa e regular. Ação ilidida pela comprovação trazida pelo sujeito passivo de recibos anexados que provam a entrega das EFD’s no período acusado, demonstrando que a empresa permaneceu ativa, funcionando regularmente, apurando o imposto pelas saídas das mercadorias, razão pela qual não deve proceder a autuação. Infração fiscal ilidida. Mantida a decisão singular de improcedência do auto de infração. Recurso de ofício Desprovido. Decisão Unânime.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, **ACORDAM** os membros do **EGRÉGIO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS - TATE**, à unanimidade, em conhecer o recurso interposto para ao final negar-lhe provimento, mantendo-se a decisão de Primeira Instância **IMPROCEDENTE** o auto de infração, conforme Voto do Julgador Relator Manoel Ribeiro de Matos Júnior, acompanhado pelos Julgadores Fabiano Emanuel Fernandes Caetano, Roberto Valadão Almeida De Carvalho e Juarez Barreto Macedo Júnior.

TATE. Sala de Sessões, 23 de março de 2023.

Presidente

Julgador/Relator